



INTERNACIONAL

Ano I Nº 242
04 de Julho de 2007 Índice

Solidariedade aos Metalúrgicos da Coréia	01
110 mil trabalhadores em greve na Coréia	02
Contra o Tratado entre a Coréia e os Estados Unidos	03
Repúdio ao Tratado Colômbia – Estados Unidos	04
Colômbia é um dos países mais perigosos para os sindicalistas	05

Solidariedade aos Metalúrgicos da Coréia

Os metalúrgicos da Coréia realizaram uma série de greves e manifestações numa campanha de oposição à assinatura do Acordo de Livre Comércio entre a Coréia e os Estados Unidos – KORUS-FTA. A luta dos trabalhadores metalúrgicos coreanos que, juntamente com uma ampla coalizão de sindicatos e Ongs, se opõem ao KORUS recebeu o apoio e a solidariedade dos metalúrgicos brasileiros.

Num exercício prático da sua proposta aprovada no congresso de “Pacto Global de Solidariedade e Defesa Mútua entre os Metalúrgicos” (ver o Brasil Metal Internacional nº 241) a CNM/CUT enviou carta de solidariedade à luta dos trabalhadores coreanos.

Lembrando a luta contra a ALCA e a eleição de Lula (que conta com uma grande admiração entre os coreanos) a carta expressa a completa solidariedade dos metalúrgicos brasileiros.

São Paulo, 28 de junho de 2007

Para os nossos companheiros e companheiras dos EUA e Coréia

Nós, metalúrgicos do Brasil, gostaríamos de expressar nossa solidariedade à luta que vocês estão travando contra o acordo de livre comércio que será assinado entre a Coréia do Sul e os Estados Unidos. Infelizmente os governos parecem não estar negociando para a totalidade de seu povo, e sim para a minoria detentora do grande capital.



Nós, trabalhadores, temos que mostrar que estamos alerta e não exitaremos em lutar por nossos interesses. Um acordo que não protege o direito dos trabalhadores está, em outras palavras, permitindo que eles sejam violados.

Aqui no Brasil tivemos uma intensa luta contra a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Com a mesma natureza do acordo que vocês estão combatendo, a ALCA, ao contrário de trazer liberdade, traria o acirramento da exploração dos países em desenvolvimento e a globalização do que já é dominante. Mas nós vencemos! Conseguimos eleger um presidente da República que barrou essa negociação e não assinou algo que prejudicaria seu povo. Hoje já vivemos seu segundo mandato.

Sabemos que o governo da Coréia considerou a greve ilegal, mas acreditamos que ilegal é tolher os trabalhadores de lutarem por uma condição digna de trabalho e, consequentemente, de vida.

Esperamos que essa luta seja um exemplo para os países que estão seguindo o mesmo caminho em relação a suas políticas econômicas internacionais e que os trabalhadores de todo o mundo façam o mesmo quando forem ameaçados.

Os metalúrgicos brasileiros estarão sempre com vocês quando for para lutar contra medidas, acordos ou entidades que prejudicam os trabalhadores, sejam estes dos EUA, Brasil, Coréia ou outro lugar. A luta pelo trabalho é uma luta internacional. Vocês vencendo aí, somos nós que vencemos aqui.

Carlos Alberto Grana

Presidente

Valter Sanches

Secretário-geral

110 mil trabalhadores da KMWU em greve na Coréia

A KMWU lidera greves e protestos contra o tratado de livre comércio entre EUA e Coréia, assinado no dia 30 de junho.



Membros do Sindicatos dos Metalúrgicos da Coréia (KMWU) iniciaram uma série de protestos contra o tratado de livre comércio entre EUA e Coréia do Sul, na região central de Seul e regionalmente em 29 de junho.

Em Seul, 20 mil trabalhadores, agricultores e estudantes, sob a tutela da Confederação Sindical Coreana (KCTU) e a Aliança Coreana contra o acordo EUA-Coréia (KoA), demonstraram sua oposição ao acordo, que foi assinado pelos dois países no sábado, 30 de junho.

O acordo bilateral, que ainda será ratificado pelo congresso estadunidense e a assembléia coreana, colocarão os trabalhadores dos dois países uns contra os outros em uma corrida que envolve especulação financeira e mobilidade de capital. O acordo falha ao incluir proteções fundamentais aos direitos dos trabalhadores e é baseada em um sistema onde o crescimento econômico é atingido pela destruição de bons empregos, aumentando a precarização do emprego, dos cuidados da saúde e outros serviços públicos.

Antes dos protestos da sexta-feira, o KMWU realizou uma série de greves regionais e nacionais contra o acordo Coréia-EUA, expressando sérias preocupações sobre o impacto que este acordo terá nos trabalhadores. Os empregadores têm arquivado reivindicações por perdas econômicas, resultando em uma investigação do governo a 67 dirigentes do KMWU e emitindo 27 pedidos de prisão contra líderes sindicais, incluindo o presidente do sindicato, o primeiro vice, o secretário-geral e 14 lideranças regionais.

Em 28 de junho, 110 mil trabalhadores membros do KMWU em todo o país desligaram as máquinas, incluindo os funcionários sindicalizados da Hyundai Motors em Ulsan, que interromperam a produção às 12h30. Os trabalhadores na Hyundai Motors têm sido o foco de ataques pelo governo, empregadores e imprensa para lutar contra o acordo de livre comércio. Para evitar uma sanção severa, os trabalhadores se separaram em nove áreas dentro do complexo da empresa para pequenas manifestações nas linhas de produção.

Algo em torno de 9 mil membros do KMWU fizeram greve no dia 25 de junho nas regiões de Chungcheong and North Jolla, e mais de 20,3 mil trabalhadores na região metropolitana de Seul e da província de Kwangju/South Jolla fizeram greves no dia 26 e mais 38 mil fizeram greve em Yeongnam na última quarta-feira.

A Confederação Internacional dos Sindicatos (CSI), e o Comitê Consultivo Sindical para a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) se juntaram à FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas), suas afiliadas e outras organizações para enviar cartas de solidariedade ao KMWU na ocasião da primeira greve ocorrida desde que se tornaram um sindicato industrial. (FITIM, 02.07.2007)

Contra o Tratado entre a Coréia e os Estados Unidos

A CSI e a CSC manifestam sua oposição ao Tratado de Livre Comércio entre a Coréia e os Estados Unidos

A Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Comissão Sindical Consultiva junto à OCDE (CSC) aderiram á campanha de suas filiadas da Coréia e dos Estados Unidos manifestando sua oposição ao KORUS-FTA (Tratado de Livre Comércio KORUS) na sua forma atual diante da sua assinatura em 30 de junho desse tratado entre os dois países.

A iminente assinatura do tratado deu origem a uma greve de protesto nesta semana convocada pela União dos Trabalhadores Metalúrgicos Coreanos (KMWU) e como parte da luta de uma ampla coalizão de sindicatos coreanos que se opõem ao mesmo. No ano passado as duas afiliadas que a CSI tem na Coréia – a FKTU e KCTU, somaram-se à AFL-CIO para expressar sua profunda preocupação pelo curso que seguiam as negociações para o KORUS.

O governo ameaçou declarar ilegal esta greve da KMWU e os últimos informes emitidos pelo Comitê de Liberdade Sindical da OIT continuam altamente críticos quanto à continuada repressão dos direitos sindicais que o governo daquele país pratica. O Comitê sublinhou que o governo não cumpriu as promessas de ratificar as convenções 87 e 98 da OIT, que fez quando uma missão tripartite de alto nível da organização esteve na Coréia em 1998 e apresentou seu estudo ao Conselho de Administração.

A CSI considera que os acordos comerciais deveriam ser dirigidos para que se criassem postos de trabalho decentes e desenvolvimento, e também para trazer a proteção às normas fundamentais do trabalho. No Tratado de Livre Comércio KORUS, no entanto, as disposições destinadas a proteger tais normas estão muito limitadas para que sejam colocadas em prática. Ainda que o tratado inclua uma possível aplicação de multas no caso da violação das normas fundamentais do trabalho, elas correm o risco de não serem eficazes porque as sanções máximas aplicáveis nesse caso são muito inferiores às aplicáveis no caso de rompimento de estipulações comerciais do acordo.

Nenhum dos governos, ao negociar este tratado, avaliou a sua possível repercussão econômica e social nos trabalhadores. No entanto, como assinala a Federação Internacional dos Metalúrgicos, à qual a KMWU está filiada, é provável que o tratado, se assinado, dê origem a uma aceleração da movimentação do capital e da especulação financeira entre a Coréia e os Estados Unidos, dando lugar a assim a mais reestruturações e diminuições dos salários, da estabilidade no emprego e das condições de trabalho.

Nesse sentido, a CSI e a CSC exigem:

- Que se adie a assinatura do tratado até que ele seja reformulado para que ele promova o trabalho decente e o respeito às normas fundamentais do trabalho;
- Que se faça uma pública e completa avaliação das repercussões econômicas e sociais que este tratado de livre comércio terá sobre os trabalhadores e trabalhadoras dos dois países;
- Que se incluam salvaguardas para os serviços públicos, os direitos dos trabalhadores, o meio ambiente e o desenvolvimento econômico;
- Que tanto os Estados Unidos quanto Coréia coloquem em prática as normas fundamentais do trabalho da OIT e as recomendações feitas pelo Comitê de Liberdade Sindical aos governos dos dois países. (*La CSI EnLínea, 29 .06.2007*)

Repudio ao Tratado Colômbia - Estados Unidos

Os representantes do Partido Democrata dos Estados Unidos, partido que conta com a maioria no Congresso, anunciaram nesta semana que não vão apoiar o Tratado de Livre Comercio (TLC) entre os Estados Unidos e a Colômbia. Os sindicatos e sindicatos e as ongs que depuseram no Congresso tiveram um importante papel para que isso acontecesse.

“Existe uma grande preocupação do Congresso pelos níveis de violência na Colômbia, pela impunidade, a falta de investigação e de processo penal, bem como no papel dos paramilitares”, disse a presidente da Câmara de Deputados, Nancy Pelosi.

‘Assuntos dessa natureza não podem ser resolvidos apenas mediante a linguagem de um acordo comercial ‘ acrescentaram em um comunicado conjunto Pelosi, o presidente do Comitê de Meios, Charles Rangel, o presidente do subcomitê sobre Comercio Sander Levine, o líder da maioria Steny Hoyer.



“Acreditamos que primeiro é necessário que haja provas concretas de resultados sustentáveis no país e os congressistas vão continuar trabalhando com todas as partes interessadas para conseguir isto, antes de analisar qualquer TLC”, eles afirmaram. “Portanto, não podemos apoiar agora o TLC com a Colômbia”.

Poucos dias antes a Câmara havia promovido a audiência “Proteção e Dinheiro : as Companhias Americanas, Seus empregados e a Violência na Colômbia” onde depuseram trabalhadores e organizações americanas e colombianas para convencer o Congresso da inconveniência da assinatura do TLC.

Dan Kovalik, um advogado dos Sindicato dos Trabalhadores Siderúrgicos dos Estados Unidos, USW, que investiga os paramilitares desde 2001 foi um dos principais depoentes. A partir dos testemunhos feitos no processo que o USW move contra a multinacional Drummond na Corte do Alabama, Kovalik mostrou as conexões dessa empresa com os paramilitares para o assassinato de três sindicalistas colombianos.

Outro importante depoimento foi o de Maria McFarland Sanchez-Moreno, a principal especialista na Colômbia do Human Rights Watch, que pediu aos congressistas que adiassem qualquer proposta da administração Bush para um acordo com a Colômbia até que o país mostrasse algum progresso real na investigação dos assassinatos de sindicalistas e na punição dos culpados que ultrapassasse a taxa atual de 2% dos assassinatos.

Francisco Ramirez Cuellar, presidente do Sintramincol, o sindicato dos trabalhadores mineiros colombianos e autor do livro “Os lucros do extermínio, como o poder das companhias americanas está destruindo a Colômbia” disse aos congressistas que existem provas que a Drummond Ltd. , uma subsidiária da companhia Drummond, Co. Inc. do Alabama, pagou paramilitares para assassinar três diretores do sindicato da empresa na Colômbia. Ele disse que outras empresas, inclusive a Chiquita Brands International se envolveram em práticas similares.

O último a depor na audiência foi Edwin Guzman, ex-sargento do Exército colombiano, que trabalhou durante um período na segurança da Drummond. Ele pediu ao Congresso que as empresas americanas sejam proibidas de contratar esses grupos ilegais.

Colômbia é um dos países mais perigosos para os sindicalistas

Aproximadamente 2.245 homicídios, 3.400 ameaças e 138 desaparecimentos forçados de sindicalistas. Em mais de 90% dos casos, os responsáveis não foram postos à disposição da justiça. Os dados documentados entre janeiro de 1991 e dezembro de 2006, pela organização colombiana Escola Nacional Sindical, mostram que a Colômbia é um dos lugares mais perigosos do mundo para os trabalhadores sindicalizados.

Preocupada com os crescentes números de violência contra os sindicalistas, a Anistia Internacional (AI) publicou hoje (3) um informe onde denuncia a existência de agressões sistemáticas contra sindicalistas envolvidos em disputas trabalhistas e em campanhas contra privatizações e a favor dos direitos dos trabalhadores em algumas zonas onde desenvolvem sua atividade.

O informe "Homicídios, detenções arbitrárias e ameaças de morte: a realidade do sindicalismo na Colômbia", a Anistia Internacional supõe que os paramilitares, respaldados pelo exército, e a forças de segurança estejam por trás da maioria das agressões. "Segue aplicando uma estratégia militar-paramilitar coordenada, que tem como objeto afetar o trabalho dessas pessoas, tanto por meio de eliminação física, como tentando desacreditar a legitimidade das atividades sindicais", denuncia o informe.

Segundo a diretora do programa regional para América da AI, Susan Lee, uma mensagem está sendo enviada aos sindicalistas da Colômbia com a seguinte ameaça: "Não se queixem de suas condições trabalhistas nem façam campanha para proteger seus direitos porque os faremos calar a qualquer preço".

O documento apresenta também casos de abusos contra os direitos humanos dos que têm sido vítimas e seus familiares que trabalham na Colômbia. "Converteram os sindicalistas em objeto de abusos contra os direitos humanos devido à sua filiação política ou a outros fatores amenos a suas atividades sindicais. Sem dúvida, existe uma constante de abusos contra os direitos humanos de sindicalistas envolvidos no contexto de conflitos trabalhistas, o que indica que se ataca sindicalistas devido precisamente ao seu trabalho como tais", manifestou o informe.

De acordo com a AI, a crise de direitos humanos segue sendo grave na Colômbia. Apesar das medidas que as autoridades colombianas tomaram para melhorar a segurança dos sindicalistas, ainda faltam ações mais efetivas para por fim à impunidade.

Uma das oportunidades para conseguir isto é a aplicação do Acordo Tripartite, assinado pelo governo colombiano, representantes dos empresários colombianos e as centrais sindicais da Colômbia em junho de 2006, com a proteção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O acordo estabelece a presença permanente da OIT na Colômbia para vigiar a aplicação do direito à liberdade sindical no país e os progressos realizados nos esforços para impulsionar a investigação dos homicídios de sindicalistas.

"Já é imperativo que as autoridades colombianas, as empresas multinacionais e colombianas e o movimento internacional dos trabalhadores atuem conjuntamente com o escritório da OIT em Bogotá para garantir que se investiguem todos os casos de ameaça e agressão contra sindicalistas e familiares", destacou a AI.

No informe, a AI pede à comunidade internacional que façam esforços para garantir o direito a liberdade sindical na Colômbia e que as empresas com atividades no país utilizem sua influência com o governo colombiano para deter e prevenir os abusos contra os direitos humanos dos quais são vítimas os sindicalistas. (ADITAL, 03.07.2007)

Brasil Metal internacional é o boletim informativo sobre as questões internacionais que afetam os metalúrgicos brasileiros. Ele é produzido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT
Secretário Geral : Valter Sanches internacional@cnmcut.org.br